

Junho de 2013 e Eduardo Cunha ampliam a insatisfação do Congresso com o governo Dilma Rousseff: a História através do jornal *O Estado de S. Paulo* (2013-14)

CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME*

Resumo: Desde o início de seu governo, a presidente Dilma Rousseff teve grande dificuldade em lidar com a autoblindagem do campo político. Este artigo narra, detalha e discute como as manifestações de junho de 2013 abriram um rombo na autoblindagem do campo político, que se uniu em torno do deputado Eduardo Cunha para sabotar o governo e desgastar a presidente. Para isso, utiliza o jornal *O Estado de S. Paulo* como fonte e objeto da pesquisa, em debate com parte da bibliografia sobre o tema, em especial a leitura de Marcos Nobre sobre o funcionamento pemedebizado do Congresso Nacional. O objetivo é narrar os principais acontecimentos e analisar com o jornal repercutiu e se posicionou diante deles.

Palavras-chave: Imprensa; Dilma; Política; Congresso.

June 2013 and Eduardo Cunha increase Congress's dissatisfaction with Dilma Rousseff's government: History through the lens of *O Estado de S. Paulo* (2013-14)

Abstract: Since the beginning of her administration, President Dilma Rousseff faced significant difficulties in dealing with the political field's self-shielding mechanisms. This article narrates, details, and discusses how the June 2013 protests created a breach in the political field, which rallied around Congressman Eduardo Cunha to sabotage the government and politically weaken the president. To this end, the study uses the newspaper *O Estado de S. Paulo* as both a source and an object of research, engaging in dialogue with relevant literature on the subject, particularly Marcos Nobre's analysis of the PMDB oriented functioning of the National Congress. The objective is to narrate the main events and analyze how the newspaper reported on and positioned itself regarding these developments.

Key words: Press; Dilma; Politics; Congress.



* **CÁSSIO AUGUSTO GUILHERME** é Doutor em História Política pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

Introdução.

Este artigo se soma a grande quantidade de trabalhos que avaliam as narrativas e os posicionamentos político-ideológicos da grande imprensa na História do Brasil do Tempo Presente (Guilherme, 2018b). Para isso, tem como fonte histórica e analítica¹ o jornal *O Estado de S. Paulo (Estadão ou OESP)*, publicados entre junho de 2013 e o primeiro semestre de 2014. O objetivo é observar como o periódico, historicamente antipetista (Guilherme, 2023), narrou, comentou e avaliou a relação entre o governo Dilma Rousseff e o Congresso, em especial, sua base aliada comandada pelo PMDB e o deputado Eduardo Cunha.

Também, este artigo contribui com a bibliografia que vê no jogo político resultante da delicada relação entre a presidente Dilma/PT com os partidos da base aliada, em especial o PMDB e seus líderes Michel Temer e Eduardo Cunha, o fator determinante para a sua deposição via *impeachment* (Santos, 2017). Conforme a bibliografia (Singer, 2018 e Nobre, 2013), a face política do lulismo estava baseada em não enfrentar o poder congressual pemedebizado, mas se acomodar nele. Porém, na perspectiva de André Singer (2018), a presidente Dilma “cutucou onças” políticas, mas sem o mesmo carisma e experiência política de Lula. Na tese de Marcos Nobre (2013), uma das características do campo político pemedebista é a autoblindagem ante a sociedade e os demais poderes.

A hipótese deste artigo, em sintonia com a interpretação de Nobre (2013), é que as manifestações de rua em junho de 2013 abriram um rombo nesta blindagem pemedebista e mudaram radicalmente a conjuntura política brasileira para os anos seguintes. O campo político se viu acuado pelo fervor das ruas. Com medo, a base congressual se tornou ainda mais arredia à presidente Dilma, de quem cobrava proteção. Foi neste contexto que o deputado Eduardo Cunha (PMDB) ascendeu como o líder da oposição governista na Câmara. Em vários momentos, o partido do vice-presidente esteve à beira do rompimento com o governo e com o PT para a eleição presidencial.

Neste cenário, o jornal acompanhou a crise política com expectativa de que ela resultasse em futura derrota do Partido dos Trabalhadores (PT) nas urnas. Sobre as manifestações de rua, quando eram apenas do Movimento Passe Livre (MPL), o jornal exigiu repressão policial. Porém, quando cresceram por todo o país, o *Estadão* se juntou à toda grande imprensa que agiu para direcionar a pauta de reivindicações com críticas aos serviços públicos, ao campo político, à corrupção e ao governo Dilma e o PT.

As manifestações de junho de 2013.

O mês de junho de 2013 sacudiu a sociedade e a política brasileira. De repente, as ruas das grandes cidades foram tomadas por manifestações com pautas difusas, que abalaram o campo político e sacudiram o governo Dilma Rousseff. A relação política do governo

¹ Uma explicação metodológica se faz necessária. Este artigo trabalha com enorme quantidade de fontes jornalísticas. Embora sabedor que as normas da ABNT recomendam referências no corpo do texto com a devida indicação do autor/título do texto, a escolha foi de não as fazer como o recomendado. Assim, foi criado um caminho alternativo para contornar a

inviabilidade desta recomendação técnica. Por isso, as referências a cada citação, direta ou indireta, constam em notas de rodapé com a data da edição e página do texto jornalístico. Assim, é possível garantir a melhor fluidez da leitura ao mesmo tempo em que as fontes são indicadas aos demais pesquisadores, cumprindo o objetivo primordial das recomendações de normas técnicas.

com a base congressual se tornou ainda mais tensa. Os políticos de oposição, ocuparam mais espaços, o PMDB acentuou seu afastamento do petismo, a presidente Dilma perdeu popularidade e seu governo não soube responder aos anseios dos protestos.

Em 02 de junho foi decretado o aumento no preço das tarifas de ônibus, metrô e trens em São Paulo, que passaram de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Este aumento era previsto para o mês de janeiro, mas, a pedido do ministério da Fazenda, para evitar o replique inflacionário, a prefeitura paulistana do recém empossado Fernando Haddad (PT) o adiou para o mês de junho. Conforme reportagens do *Estadão*, o reajuste foi “bem abaixo da inflação acumulada” porque a presidente Dilma prometeu editar uma Medida Provisória para zerar os tributos cobrados sobre as empresas de transporte coletivo. Em editorial, o jornal criticou o que chamou de “uso político das tarifas” e pediu um aumento maior².

O *Estadão* reportou que cerca de 200 estudantes ligados ao MPL protestaram na Praça da República. A tentativa de caminhada pelas ruas do centro após as 19:00 não durou 15 minutos, pois a Polícia Militar logo interveio com bombas de gás lacrimogêneo, gás de pimenta e balas de borracha. O saldo foi de dezenas de estudantes detidos e feridos³. Desde 2003 o MPL organiza atos contra os aumentos de tarifas nos transportes públicos e em defesa do passe livre em diversas capitais. Em muitos deles, foi recorrente a repressão policial e consequentes confrontos e quebra-quebras.

A socióloga Maria da Glória Gohn (2014), especialista em movimentos sociais, fez importante reconstituição cronológica dos protestos de 2013 e os divide em três momentos: no primeiro (até 12 de junho), houve desqualificação e descaso ante os protestos, reportados como atos de estudantes e vândalos, sendo possível observar a criminalização e reprovação midiática; o segundo (até 18 de junho), é quando a violência policial causou revolta popular, aumentou a adesão aos atos, o movimento se torna de massa e se espalhou por outras capitais, quando a marquise do Congresso Nacional foi ocupada e a prefeitura paulistana foi depredada, assustando o campo político e a imprensa; o terceiro (a partir de 19 de junho) marcou a vitória do movimento com o cancelamento do aumento da tarifa em São Paulo e o MPL se retirou dos atos a partir de 21 de junho. Desde então, as manifestações pelo país passam a ter pautas difusas.

André Singer (2018) também avalia estas fases das manifestações. Segundo ele, a primeira etapa é caracterizada por um objetivo específico, isto é, a redução no preço das tarifas do transporte em São Paulo. No ato de 11 de junho, as cenas de confronto com a PM e depredação de patrimônio foram seguidas por editoriais raivosos na imprensa, pedindo o recrudescimento da repressão policial, o que foi atendido no ato do dia 13. A segunda etapa foi aberta pela atenção do grande público para a violência policial, fazendo com que os atos seguintes ganhassem enorme volume de participantes para além dos militantes do MPL, incluindo setores de classe média e profissionais liberais, se espalhando por outras cidades do país.

² *O Estado de S. Paulo*, 16/01/2013, p. B3, 23/05/2013, p. A18 e 25/05/2013, p. A3.

³ *O Estado de S. Paulo*, 14/01/2011, p. C11.

Nesta segunda etapa, houve uma importante mudança de abordagem na imprensa, incitando os manifestantes a ocuparem as ruas contra os partidos, o campo político e principalmente contra o governo federal de Dilma Rousseff. As ruas se encheram de cartazes contra a corrupção, os gastos com as obras da Copa do Mundo e Olimpíadas e pedidos por mais investimentos em saúde e educação. Além deles, Singer (2018) chama atenção para a inclusão de temas distantes do cotidiano da população, como as críticas à PEC 37⁴. No ato que pretensamente comemoraria a redução do valor das tarifas, manifestantes com bandeiras de partidos de esquerda foram expulsos à força por grupos de pessoas vestidas de verde-amarelo reforçados por *skinheads*. Na terceira etapa, a partir do dia 21 de junho, o MPL se retirou, a pauta dos atos se fragmentou ainda mais, se espalhou por cidades do interior e grupos de direita, conservadores e/ou liberais, passaram a ocupar as ruas.

Os editoriais do *Estadão* podem ser encaixados nas etapas/fases descritas acima. De início, o jornal qualificou os manifestantes do MPL como meros “bando de vândalos”, formados por estudantes “das alas radicais dos partidos PSOL e PSTU” que atacavam a PM, cuja resposta teria sido em legítima defesa e para conter a destruição do centro da cidade. No dia da maior repressão promovida pela PM, o jornal chegou às bancas com editorial exigindo do governo paulista o “maior rigor” por parte da polícia para “endurecer o jogo” contra os “grupos radicais”⁵. Ante o crescimento dos atos, o jornal mudou o foco. Passou a tentar “entender as manifestações” e enfatizar que a maioria dos participantes era composta por

jovens pacíficos com “vontade de falar” contra os políticos, cuja reivindicação essencial era a urgência na melhoria dos serviços públicos⁶.

São variadas as motivações que levaram multidões às ruas em junho. Maria Gohn (2014) mostra que, nos meses anteriores, havia movimentações de profissionais da educação e da saúde, de quilombolas e indígenas e os contínuos atos de sem-terrás e sem-tetos. Singer (2018) aponta que: no início de 2013, havia alta inflacionária nos serviços mais consumidos pela classe média (escolas, restaurantes, salões de beleza); o empresariado estava insatisfeito com a alta salarial para os trabalhadores; o midiático julgamento da AP 470 ainda ressoava; a imprensa acusava o governo de intervencionismo econômico e maquiagem nas contas públicas; a nova classe trabalhadora percebia que a ascensão dos anos anteriores havia estancado.

Por isso, Singer (2018) defende uma “hipótese composta” que nos permite pensar a existência de “dois junhos” simultâneos. Havia tanto a classe média tradicional com boa renda, alta escolaridade e meia idade, quanto a nova classe trabalhadora ou o subproletariado com baixa renda, média escolaridade e jovem. Assim, uma ideologia mais à direita, liberal, conservadora e com certa pulsão fascista se encontrou nas ruas com uma ideologia mais à esquerda, anticapitalista, que demandava mais serviços e proteção do Estado.

Singer (2018) acredita que o governo Dilma perdeu a oportunidade para conectar os anseios das ruas ao ensaio neodesenvolvimentista, mostrando que as melhorias sociais poderiam vir com a

⁴ Que impunha limites para o Ministério Público nas investigações criminais.

⁵ *O Estado de S. Paulo*, 09/06/2013, p. A3 e 13/06/2013, p. A3.

⁶ *O Estado de S. Paulo*, 15/06/2013, p. A3, 19/06/2013, p. A3 e 21/06/2013, p. A3.

reindustrialização esperada a partir das medidas econômicas do governo. Por isso, Singer avalia que, na ausência de uma resposta “à esquerda”, o espaço foi ocupado pela oposição de centro-direita que difundiu a hostilidade ao lulismo, aos impostos, ao Estado; abusou da imagética verde-amarela patriótica e fincou a bandeira da anticorrupção como a solução para as carências sociais, bandeira esta que seria posteriormente apropriada pela Lava Jato.

O que interessa para este artigo é a repercussão das revoltas de junho no campo político, no jogo partidário e congressual. Na tese de Marcos Nobre, as manifestações serviram para “abrir um enorme rombo na blindagem pemedebista” (2013, p. 142), pois confrontou o sistema político e exigiu dele uma reforma radical. O mote “não me representa” significava a busca por novos caminhos de participação política e aprofundamento a democracia, o que assustou o campo político. Na visão de Nobre, a revolta explodiu porque grande parcelada da população não encontrava formas de expressão política em um sistema altamente blindado e imobilizado pelo “pemedebismo”.

De fato, os meses de junho e julho foram de grande agitação no meio político. A primeira consequência mais imediata das revoltas foi a queda nos índices de aprovação e popularidade da presidente Dilma Rousseff. É evidente que todo o campo político em geral, governadores e congresso especialmente, também sofreram desgastes, mas destes a aprovação já era pequena e a repercussão midiática concentrou-se mais na imagem da presidente.

Na verdade, uma pesquisa Datafolha feita antes das manifestações, mostrou que o índice de ótimo/bom do governo caiu de 65% para 57%, com reduções mais expressivas entre os brasileiros da região Sul e com renda superior a 10 salários mínimos. O mesmo cenário foi confirmado por uma pesquisa Ibope realizada antes do pico mais tenso das manifestações⁷. Ou seja, já havia viés de baixa e o editorial do *Estadão* foi irônico em sua avaliação comemorativa: a população passava a ter “uma avaliação mais realista do seu [do governo] preparo para conduzir o país”⁸. O marqueteiro João Santana garantia que até o final do ano a presidente recuperaria sua popularidade⁹. Pesquisa Ibope realizada no começo de julho confirmou a queda na popularidade do governo Dilma, chegando a 31% de ótimo/bom, empatado com o conceito de ruim/péssimo que subiu de 13% para 31%. A pesquisa verificou ainda os índices de ótimo/bom dos governadores: Sérgio Cabral (PMDB-RJ) 12%, Tarso Genro (PT-RS), 25% e Geraldo Alckmin (PSDB-SP), 26%¹⁰.

Em julho, o *Estadão* também publicou com destaque uma pesquisa feita pelo Ibope em março, cujo tema central era a percepção da população sobre a corrupção nas Instituições. 81% consideraram os partidos políticos “corruptos ou muito corruptos”; 72% responderam o mesmo sobre o Congresso e 70% sobre a polícia, o que mostra grande descrédito para com o campo político em geral. Pior que isso, a percepção de 83% era que a corrupção havia aumentado nos últimos dois anos. O mesmo desalento é observado sobre o Poder Judiciário, considerado “corrupto ou muito corrupto” por 50%. Outros 56% viam o combate à corrupção como

⁷ *O Estado de S. Paulo*, 09/06/2013, p. A6 e 20/06/2013, p. A4.

⁸ *O Estado de S. Paulo*, 11/06/2013, p. A3.

⁹ *O Estado de S. Paulo*, 03/07/2013, p. A7.

¹⁰ *O Estado de S. Paulo*, 26/07/2013, p. A4.

não eficiente. Havia ainda grande expectativa de participação na política, pois 81% acreditavam poder “fazer diferença na luta contra a corrupção”¹¹.

A queda na popularidade da presidente animou os pré-candidatos de oposição. Segundo o *Estadão*, Aécio Neves e Eduardo Campos comemoraram a chance de haver segundo turno na eleição presidencial do ano seguinte e juntos com Marina Silva, passaram a se falar com frequência, adotaram estratégias comuns e até “firmaram pacto contra o PT”, para, em público, insistir nas críticas ao governo¹². O PSDB tentava afinar o discurso que mais agradaria as ruas naquele momento. Falava em combate à inflação, “choque de gestão”, redução de ministérios e cargos, agenda liberal nos costumes, mais “eficiência” no serviço público e reformas neoliberais. O PSB definiu seu mote de campanha como “O Brasil pode mais” e até chegou a prometer empunhar a bandeira da tarifa zero no transporte coletivo. Marina Silva, ainda batalhava pela construção de seu partido¹³.

Pesquisa presidencial Ibope publicada no começo de julho, justificou a animação da oposição. Nela, a presidente Dilma piorou em todos os cenários possíveis. Na pesquisa espontânea, a presidente caiu de 35% para 16% das intenções de voto, mas os nomes de oposição seguiam estagnados, sendo Aécio, com meros 5%, o mais lembrado, e o ex-presidente Lula citado por 12%. A rejeição ao nome de Dilma mais que dobrou, passando de 20% para 43%. Nas pesquisas estimuladas para o primeiro turno, Dilma caiu de 58% para 30% e viu

Marina Silva se aproximar, passando de 12% para 22%, Aécio subindo de 9% para 13% e Campos de 3% para 5%¹⁴. Nos cenários estimulados em segundo turno, havia empate técnico entre Dilma e Marina, e a petista seguia vencendo com tranquilidade os pré-candidatos Aécio e Campos¹⁵.

Pressionada pela oposição, a presidente reagiu. Em eventos de lançamento de programas voltados às classes populares, como a compra de móveis e eletrônicos no Minha Casa Minha Vida (MCMV) e o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) das favelas, Dilma lembrou que a oposição “não fazia obra para as comunidades mais pobres” e garantiu haver controle da inflação e das contas públicas. Segundo ela, a imprensa fazia “terrorismo informativo” sobre a economia e a oposição apostava no “quanto pior melhor”, fazendo “leviandade política grave” há mais de um ano antes das eleições¹⁶. Em editoriais, o *Estadão* rotulou tais iniciativas como “populista”, mera “demagogia eleitoreira” e “areia nos olhos dos descontentes”¹⁷.

Pressionada pelas ruas, Dilma afirmou querer “disputar a voz das ruas” e, para isso, o governo passou a buscar diálogo com os movimentos sociais, inclusive o MPL, na formulação de uma agenda que respondesse aos anseios dos manifestantes. Nos transportes, prometeu investir o volumoso montante de R\$ 50 bilhões em mobilidade urbana. Na saúde, acenou com a contratação de médicos estrangeiros e a criação do programa Mais Médicos. Na educação, reforçou a proposta de destinar 100% dos

¹¹ *O Estado de S. Paulo*, 09/07/2013, p. A3.

¹² *O Estado de S. Paulo*, 12/06/2013, p. A5 e 20/06/2013, p. A4.

¹³ *O Estado de S. Paulo*, 19/06/2013, p. A6, 23/06/2013, p. A8 e 25/06/2013, p. A8

¹⁴ Este mesmo cenário, mas com o ex-presidente Lula ocupando a vaga do PT, ele tinha 41% das intenções

de voto, ante 18% de Marina, 12% de Aécio e 3% de Campos.

¹⁵ *O Estado de S. Paulo*, 19/07/2013, p. A4.

¹⁶ *O Estado de S. Paulo*, 13/06/2013, p. A4 e 15/06/2013, p. A4.

¹⁷ *O Estado de S. Paulo*, 13/06/2013, p. A3 e 14/06/2013, p. A3.

royalties do pré-sal. Também prometeu apresentar um “pacote anticorrupção”, contendo decretos e projetos de lei que endureceriam a punição para servidores corruptos e empresas corruptoras¹⁸. Sobre o programa Mais Médicos, o *Estadão* o considerou demagógico, irresponsável e se perfilou ao lado dos Conselhos de Medicina críticos à proposta¹⁹.

Pressionada pelo campo político e pela base congressual, assustados com as críticas das ruas, Dilma deu sua resposta mais atabalhoada para o momento: propôs uma Constituinte exclusiva, com plebiscito, para promover a sempre debatida e adiada reforma política. A proposta foi mal recebida por governadores, pelo Congresso, pelo STF e pelo vice-presidente Michel Temer e seu PMDB, afinal, tudo o que o campo político pemedebizado não queria, era uma mudança desfavorável a eles nas regras do jogo político. Em compensação, movimentos sociais e OAB se mostraram simpáticos. Diante das reações, já no dia seguinte, a presidente desistiu da proposta de Constituinte, mas insistiu em querer debater o plebiscito com os parlamentares²⁰. Também aqui, o *Estadão* se posicionou contra o que chamou de “uma ilegal Constituinte exclusiva”, fruto da desorientação da presidente que insiste no “delírio político e jurídico” do plebiscito²¹.

Embora o Congresso estivesse em ritmo frenético de votações para responder as críticas das ruas, estas propostas políticas de Dilma foram engavetadas, com

grande participação da base aliada, em especial do PMDB e seu líder Eduardo Cunha. Mesmo antes das manifestações, líderes estaduais do partido, ameaçaram apoiar o presidenciável Eduardo Campos e se aliar regionalmente ao PSB. Os peemedebistas reclamaram da “articulação política” de Dilma, enquanto o *OESP* falou em “divórcio iminente” em vários estados e uma reunião entre Dilma e Temer para “discutirem a relação”²². Como de praxe, o governo acenou com cargos e a liberação de emendas no orçamento, para tentar aplacar a rebelião na base. Os líderes do PMDB desdenharam das propostas e prometeram manter a tramitação da PEC que criava o Orçamento Impositivo. Eduardo Cunha fez elogios públicos a Eduardo Campos. A ministra Ideli Salvatti admitiu que “de vez em quando acontece” a base fazer chantagens. O presidenciável Aécio Neves já cortejava os partidos da base aliada com vistas à eleição do ano seguinte, em especial os fisiológicos PP, PTB e PSD, mas também o esquerdista PDT e o descontente PMDB²³.

Segundo as reportagens do *Estadão*, havia dois motivos principais para o endurecimento das relações da base e do Congresso para com o governo e a presidente após as manifestações de junho: a já comentada queda de popularidade do governo Dilma e a percepção entre os congressistas, tanto da base quanto da oposição, que as sugestões apresentadas pela presidente como respostas políticas às manifestações (Constituinte e plebiscito)

¹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 24/06/2013, p. A4, 25/06/2013, p. A6, 26/06/2013, p. A6 e 27/06/2013, p. A9.

¹⁹ *O Estado de S. Paulo*, 10/07/2013, p A3.

²⁰ *O Estado de S. Paulo*, 25/06/2013, p. A4 e A5, 26/06/2013, p. A4 e 27/06/2013, p. A4.

²¹ *O Estado de S. Paulo*, 20/06/2013, p. A3, 28/06/2013, p. A3 e 04/07/2013, p. A3.

²² Principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas também nos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso do Sul, Piauí e Distrito Federal onde os partidos tinham pré-candidatos rivais, enquanto nos estados de Pernambuco, Rondônia, Ceará e Paraná, os partidos não concordavam na formação de coligações.

²³ *O Estado de S. Paulo*, 01/06/2013, p. A4, 05/06/2013, p. A6, 09/06/2013, p. A6, 14/06/2013, p. A6 e 16/06/2013, p. A6.

jogou a culpa da crise política sobre o Legislativo. Assim, para os jornalistas do *Estadão*, o Congresso prepararia uma “desforra”, uma “retaliação contra o governo” ao discutir aberturas de CPIs e fim da reeleição para o Executivo já na próxima eleição²⁴.

A base pressionou ainda por mudanças na equipe econômica e, principalmente, na articulação política. O presidente do PP, senador Ciro Nogueira, sugeriu um interlocutor “nos moldes” de José Dirceu e Antonio Palocci. O *OESP* abriu aspas para um senador não identificado pela reportagem: “acabou a brincadeira” e que a presidenta Dilma teria que “realmente ter um governo de coalizão”, se quisesse governar e ser reeleita em 2014. Dilma se reuniu com parlamentares para debelar a “crise que abala a coalizão” com o PMDB. O aliado pediu mais ministérios, a liberdade para nomear todos os escalões e mais diretorias da Petrobrás, Furnas e Eletrobrás. Dilma negou e reagiu à investida peemedebista: “se forem essas as concessões, não vou fazer. Podem tirar o cavalinho da chuva”, teria declarado segundo reportou o jornal²⁵.

Em julho, Dilma travou uma batalha com o Congresso pelo plebiscito da reforma política e perdeu. Partidos da base ameaçaram retaliar com questões sobre reeleição e tempo de mandato. Quem liderou a rebelião foi o PMDB e seu líder Eduardo Cunha. O vice-presidente Michel Temer se reuniu com líderes da base e declarou não haver tempo hábil para um plebiscito, descartando-o. Dilma o repreendeu e o vice recuou na afirmação. O deputado Paulinho da Força (PDT) declarou que se o governo insistisse no plebiscito, os parlamentares

pxuxariam um “fora Dilma”²⁶. Uma reunião de líderes partidários na Câmara isolou o PT, enterrou de vez a proposta de plebiscito e criou, mais uma comissão para elaborar proposta de reforma política. Dilma ainda insistiu, argumentando que o plebiscito, ao consultar a população, era “imprescindível como resposta efetiva ao desejo profundo que emanou das manifestações”, mas os parlamentares não pensavam assim e ela foi ignorada²⁷.

O *Estadão* reportou reunião a portas fechadas da bancada do PMDB na Câmara. Liderados por Eduardo Cunha, além de fechar questão contra o plebiscito, a reunião foi cheia de críticas à presidenta Dilma e ao PT, com os deputados chegando a propor uma “reavaliação da aliança” para a eleição presidencial. Nas aspas publicadas anonimamente pelo periódico, os deputados falaram em “evitar o abraço dos afogados”, afirmaram que a aliança estava “em xeque sim” e que os cinco ministérios do partido “não valem um”. Dias depois, outra matéria afirmou que a cúpula do PMDB havia criado uma espécie de “banda de popularidade” para decidir se permaneceria ou não no governo e na aliança eleitoral: Dilma teria três meses para recuperar a popularidade e manter índices de 33% nas intenções de voto. Nas palavras do jornal, o governo já estava informado de que existia “uma ala dentro do PMDB, liderada pelo deputado federal Eduardo Cunha (RJ), que trabalha para o esgarçamento irreversível da aliança” e com isso permitir maior autonomia para

²⁴ *O Estado de S. Paulo*, 30/06/2013, p. A4 e 01/07/2013, p. A4.

²⁵ *O Estado de S. Paulo*, 01/07/2013, p. A4, 07/07/2013, p. A4 e 08/07/2013, p. A4.

²⁶ *O Estado de S. Paulo*, 28/06/2013, p. A4, 03/07/2013, p. A4, 05/07/2013, p. A4 e 08/07/2013, p. A4.

²⁷ *O Estado de S. Paulo*, 10/07/2013, p. A4 e 18/07/2013, p. A4.

as alianças estaduais e eleições parlamentares²⁸.

Os articulistas do *Estadão*, especialistas nos bastidores da política congressual, repercutiram a insatisfação do PMDB. Dora Kramer discutiu falas do baiano Geddel Vieira Lima, então vice-presidente da Caixa, incitando os correligionários a tomar uma decisão definitiva sobre o futuro da aliança. O partido se via alijado do centro do governo, atuando como mero coadjuvante da governabilidade, o que causaria dificuldades para eleger governadores e resultar em possível diminuição da bancada de deputados federais. João Rabello garantiu que havia, no PMDB, “ares de desembarque da base” após a queda de popularidade da presidente²⁹.

Contra isso, Dilma afirmava contar com o “apoio incondicional de seu vice-presidente Michel Temer”. Internamente, o PT se reuniu para entender as revoltas de junho e debater a articulação política do governo. Diante dos problemas, ressurgiu com mais força o coro de “volta Lula”, animando parte da militância petista, mas, ao menos publicamente, abafado pela cúpula partidária, rechaçado pelo ex-presidente e negado por Dilma. Lula defendeu a sucessora, que seria alvo de preconceito sexista por parte dos opositores³⁰. Sobre a relação com o aliado peemedebista, o PT mostrou arrependimento pelo acordo de rodízio na presidência da Câmara que, neste momento de crise de popularidade e sucessão eleitoral, dava ao PMDB o controle total do Congresso, onde o “espetáculo é comandado” por Henrique Alves e Eduardo Cunha, sob olhares complacentes de Michel Temer. Kramer

deu aspas para um petista não identificado: “os caras [peemedebistas] são profissionais. Querem sugar o governo ao máximo e se a reeleição estiver ameaçada, nos jogar fora”. Fato é que todos os partidos da base estavam em compasso de espera, a observar as próximas pesquisas eleitorais³¹.

Eduardo Cunha lidera o PMDB e à beira rompimento com o governo.

Desde o primeiro ano de governo, a relação da presidente Dilma com sua base aliada congressual foi marcada por contínuo conflito e gradual fragmentação. Após as Jornadas de Junho de 2013, que atingiram a popularidade da presidente e do Congresso, somadas a crescente proximidade das eleições gerais de 2014, momento em que partidos e políticos já buscavam melhores posições para se reelegerem, a base congressual dilmista chegou a números impraticáveis para o governo. A relação com o PMDB, o aliado/adversário liderado por Eduardo Cunha, Henrique Alves e Renan Calheiros, em constantes reuniões com o vice Michel Temer, esteve à beira do rompimento formal. Na prática, entre os meses de julho de 2013 e a eleição de 2014, não havia uma coalizão governista.

Pressionado pelas Jornadas de Junho, o Congresso mais uma vez passou a discutir uma reforma política. Porém, PT e PMDB discordaram dos rumos da reforma. Segundo o *Estadão*, havia “flagrante rebelião da cúpula do PMDB” contra a proposta governista. Os peemedebistas acenaram com o fim da reeleição e a criação das doações financeiras apenas para os partidos, o

²⁸ *O Estado de S. Paulo*, 03/07/2013, p. A5 e 14/07/2013, p. A10.

²⁹ *O Estado de S. Paulo*, 04/06/2012, p. A6 e 07/07/2013, p. A11.

³⁰ *O Estado de S. Paulo*, 05/07/2013, p. A5, 14/07/2013, p. A10, 18/07/2013, p. A4, 21/07/2013, p. A5, 24/07/2013, p. A5, 28/07/2013, p. A6.

³¹ *O Estado de S. Paulo*, 21/07/2013, p. A6 e 31/07/2013, p. A6.

que legalizaria as “doações ocultas”, de forma que não seria mais possível saber para qual candidato foi direcionada a doação de uma empresa. Além disso, os peemedebistas já haviam enterrado a proposta de Dilma para um plebiscito sobre a reforma política, cuja tendência era, mais uma vez, morrer de inanição pelos corredores do Congresso³².

Durante o recesso parlamentar de julho, o “clima de conflagração da base” permaneceu intenso. O presidente do Senado Renan Calheiros (PMDB) recusou-se a apreciar duas Medidas Provisórias, causando mais atrito com o governo. O presidente da Câmara Henrique Alves (PMDB) e o líder do PMDB, deputado Eduardo Cunha, conduziram processo de alteração na resolução interna da Casa sobre a apreciação dos vetos presidenciais às leis aprovadas. Agora, o Congresso deveria apreciá-los em até 30 dias. Cunha e Alves foram às redes sociais para defender que “os parlamentares devem impor sua vontade perante a ‘caneta’ da presidente e derrubar o veto” de Dilma ao artigo da lei que obrigava a União a arcar sozinha com as desonerações do IPI. Prefeitos e governadores pressionaram os parlamentares a derrubarem o veto. Além disso, outros vetos de Dilma na mira dos parlamentares eram sobre o fim da multa do FGTS sobre demissões sem justa causa e o fim do fator previdenciário, ambos já admitidos publicamente por Eduardo Cunha como alvos dos congressistas³³.

O líder do PT na Câmara, José Guimarães, cobrou fidelidade da base aliada, em especial do PSB, PDT e PSD, além de admitir que o PT pensava formar

aliança eleitoral menor, mas “mais programática, com mais nitidez política”. O vice-presidente Temer comentou ser favorável à iniciativa de Eduardo Cunha para aprovar uma PEC para reduzir o número de ministérios e minimizou os desentendimentos na base. Porém, o *Estadão* indicou que, na prática, Dilma contava com apoio fiel de apenas 101 deputados³⁴ que votaram 90% das vezes com o governo. Este número começou em 306 deputados em 2011 e já foi reduzido para 134 em 2012. Sinais da proximidade eleitoral, das Jornadas de Junho e do histórico de desavenças entre Executivo e Legislativo³⁵.

Como de praxe, o governo acenou com a liberação de emendas parlamentares ao Orçamento, mas, na base, permaneceu a desconfiança quanto à efetivação de mais esta promessa. Parlamentares ouvidos pelo *OESP* avaliaram que isso não seria suficiente para evitar novas derrotas do governo. Eduardo Cunha classificou a articulação política como “deficitária”; Valdir Raupp, presidente em exercício do PMDB, disse que o governo estava “desgovernado” e a base “descontrolada”. Dilma pediu uma trégua à base aliada, mas os líderes petistas no Congresso admitiram a dificuldade. Para contornar as derrotas, a estratégia era adiar ao máximo as votações mais importantes e polêmicas³⁶.

Logo na primeira semana de trabalhos na Câmara, a manchete do *Estadão* resumiu o clima no Congresso: “Base aliada ignora trégua e desafia Dilma”. Com empenho pessoal de Henrique Alves (PMDB), presidente da Câmara e auxílio do líder Eduardo Cunha, o Orçamento

³² *O Estado de S. Paulo*, 17/07/2013, p. A4.

³³ *O Estado de S. Paulo*, 19/07/2013, p. A7 e 22/07/2013, p. A5.

³⁴ 86 do PT, 4 do PMDB, 4 do PCdoB, 2 do PP, 2 do PDT, 1 do PTB, 1 do PSC e 1 do PV.

³⁵ *O Estado de S. Paulo*, 12/07/2013, p. A10, 21/07/2013, p A9 e 04/08/2013, p. A4.

³⁶ *O Estado de S. Paulo*, 01/08/2013, p. A5, 02/08/2013, p. A6 e 06/08/2013, p. A4.

Impositivo para 2014 foi aprovado na Comissão Especial da Casa. O governo ameaçou recorrer ao STF pela constitucionalidade da proposta. Porém, em Plenário, o texto foi aprovado com 378 votos a favor, 48 contrários e 13 abstenções. No dia seguinte, o governo sofreu nova derrota, desta vez na Lei dos Royalties do pré-sal. No final de agosto, o Orçamento Impositivo para 2014 foi aprovado em nova votação na Câmara e, em meados de setembro foi também aprovado no Senado³⁷.

No *Estadão*, a articulista dos bastidores, Dora Kramer, comentou mais estas derrotas do governo. Segundo ela, Dilma até tentou diálogo com os líderes da base, mas havia insatisfação generalizada nas bancadas aliadas a ponto de os líderes serem ignorados pelos seus correligionários. As derrotas sofridas pelo governo não eram obras da oposição, mas dos partidos da base, liderados por Eduardo Cunha. Para Kramer, estava em marcha uma “rebelião dos reservas [...] aliados que já não se conformam com o papel de coadjuvantes”. O motivo era a proximidade eleitoral de 2014 e o medo de um “aniquilamento” perante o PT nas eleições proporcionais. Por isso, o articulista João Rabello apontou que o “PMDB aumenta a pressão” sobre o governo e o PT, com o objetivo de quebrar o acordo sobre o rodízio na presidência da Câmara a partir de 2015. Kramer completou que os dois partidos, embora tivessem a manter a aliança nacional, seguiam fazendo “jogo individual” nos estados onde o PMDB não se empenhará em favor da chapa presidencial³⁸.

Após mudar as regras sobre a apreciação dos vetos presidenciais, concomitante ao caminhar do Orçamento Impositivo, uma reportagem do *Estadão* indicou que os “parlamentares tentam aumentar poder de barganha com o Executivo”. Liderados por Eduardo Cunha e Ronaldo Caiado (DEM), com apoio de partidos da base como PP e PR, os deputados ameaçaram desengavetar a prestação de contas dos presidentes da República desde FHC. Se rejeitada alguma delas, o então presidente ficaria inelegível. Segundo o jornal, este seria “mais um ponto de tensão entre o Executivo e o Legislativo”, este, sempre descontente com o tratamento recebido da presidente Dilma e preocupado com a proximidade para renovar seus mandatos eleitorais³⁹.

Este cenário de crise na base, desembocou em mais uma discussão sobre reforma ministerial. Segundo o *Estadão*, haveria cerca de 12 ministérios a vagarem no começo do próximo ano, pois seus titulares disputariam as eleições. Assim, Dilma aproveitaria a oportunidade para “fortalecer apoios de partidos ao projeto da reeleição”, além de aplacar a crise na base congressual. Os principais alvos eram o PP e o PSD que eram cortejados pelo presidenciável Aécio Neves: o ex-presidente nacional do PP era parente de Aécio e os integrantes do PSD de Gilberto Kassab possuíam histórica ligação com o PSDB⁴⁰.

Oficialmente, Dilma preferia efetivar no comando dos ministérios os já secretários executivos de carreira das pastas, mas, segundo o *OESP*, o ex-presidente Lula agia para convencê-la a fazer nomeações políticas⁴¹. Assim, o

³⁷ *O Estado de S. Paulo*, 07/08/2013, p. A6, 08/08/2013, p. A6, 14/08/2013, p. A8, 15/08/2013, p. A8 e 28/08/2013, p. A7 e 13/11/2013, p. A7.

³⁸ *O Estado de S. Paulo*, 06/08/2013, p. A6, 14/08/2013, p. A6, 15/08/2013, p. A6, 27/10/2013, p. A6, 08/09/2013, p. A8 e 01/12/2013, p. A6.

³⁹ *O Estado de S. Paulo*, 7/09/2013, p. A9.

⁴⁰ *O Estado de S. Paulo*, 14/10/2013, p. A7 e 12/11/2013, p. A8.

⁴¹ *O Estado de S. Paulo*, 12/11/2013, p. A8 e 02/12/2013, p. A8.

governo prometeu manter o PP à frente do Ministério das Cidades, pasta de grande orçamento e já comandada pelo partido⁴². Em entrevista ao *Estadão*, Kassab se ofereceu à reeleição de Dilma e a ampliação de sua participação no governo, no qual já ocupava a pasta do Micro e Pequena Empresa, com Afif Domingos. Dias depois, em novembro, em evento com a presença da presidente, o PSD se tornou o primeiro partido a, oficialmente, apoiar a reeleição. Na avaliação do *Estadão*, a estratégia de Kassab visava “conseguir prestígio da presidente para obter condições favoráveis” em uma possível reeleição, ampliando sua participação no governo⁴³.

A informação publicada pelo *OESP* foi que, após a confirmação de duas fortes candidaturas presidenciais na oposição, o PT, capitaneado pelo ex-presidente Lula, mudou sua estratégia de alianças partidárias, em especial nos estados. O partido passou a ceder vagas aos aliados em candidaturas ao Senado ou ao governo estadual, pois, segundo o jornal, o “foco é isolar o PSB e o PSDB”, ou seja, evitar que os partidos da base aliada no plano federal se alinhasssem aos partidos de oposição nas eleições estaduais, o que dificultaria a campanha pela reeleição de Dilma. O *Estadão* listou 12 estados em que o PT estaria negociando nestes termos com os partidos aliados⁴⁴.

Com o PMDB, esta negociação foi mais difícil. Liderando as duas Casas do Congresso, os peemedebistas impunham pautas que desagradavam o governo para então “obter mais espaço na máquina, além de apoios a candidaturas estaduais”. De acordo com a publicação,

em pelo menos 11 estados, o PMDB e o PT estariam em lados opostos. Renan Calheiros usava a pauta do Senado para pressionar pelo apoio ao seu filho na disputa pelo governo de Alagoas e pela nomeação do aliado Vital do Rego no ministério da Integração. O líder do partido no Senado, Eunício Oliveira, desejava concorrer ao governo do Ceará com apoio petista. No Rio de Janeiro, o PT se afastou do governo de Sérgio Cabral. Além disso, o PMDB exigiu do PT o “direito” de usar a imagem de Lula e Dilma, mesmo nos estados em que os partidos seriam adversários eleitorais⁴⁵.

O final de 2013 ainda reservou mais um embate entre Dilma/PT x PMDB/Cunha. Primeiro, o parlamentar foi reeleito por unanimidade à liderança do partido na Câmara, o que para o *Estadão* era um “claro recado” ao governo, pois Cunha “tem sido uma das vozes mais críticas da forma como o governo se relaciona com a base aliada” e se notabilizou, ao longo do ano, “pela contraposição ao governo” e inclusive estava defendendo o rompimento do PMDB com o governo petista. Dilma decidiu vetar o Orçamento Impositivo para 2014, o que gerou retaliação dos peemedebistas na Câmara. O presidente Henrique Alves desengavetou temas contrários ao governo, as chamadas “pautas bomba”, que aumentariam as despesas. Além disso, ameaçaram não votar o Orçamento geral para o próximo ano⁴⁶.

Para não piorar a crise com o principal aliado em ano eleitoral, Dilma recuou e não vetou o Orçamento Impositivo para 2014. Em sua reportagem, o *Estadão* explicou ao leitor porquê o PMDB tinha tanto interesse em aprovar o Orçamento Impositivo para as emendas

⁴² *O Estado de S. Paulo*, 27/10/2013, p. A10.

⁴³ *O Estado de S. Paulo*, 10/10/2013, p. A8 e 21/11/2013, p. A11.

⁴⁴ *O Estado de S. Paulo*, 23/10/2013, p. A6.

⁴⁵ *O Estado de S. Paulo*, 04/11/2013, p. A5, 08/11/2013, p. A6, 30/11/2013, p. A4 e 03/12/2013, p. A6.

⁴⁶ *O Estado de S. Paulo*, 05/12/2013, p. A8, 11/12/2013, p. A8

parlamentares em 2014: “o problema é que o PMDB considera que, sem as emendas que abastecem suas bases eleitorais municipais, ficará em desvantagem em relação ao PT na eleição para a Câmara dos Deputados no ano que vem”, o que, segundo Lúcio Vieira Lima, vice-líder do partido na Câmara, faria o PMDB “levar um banho na eleição”. O ano só não foi de mais derrotas para o governo por conta do sucesso governista na estratégia de trancar a pauta de votações na Câmara⁴⁷.

No segundo semestre de 2013, os editoriais do *OESP* nada comentaram sobre a articulação política entre governo e Congresso, mas se dedicaram a avaliar o desprestígio popular dos parlamentares. Uma das bandeiras das Jornadas de Junho foi o mote “não me representa” direcionado à classe política em geral e ao Congresso em particular. Em agosto, pesquisa apontou que 45% da população achava ruim ou péssima a atuação dos parlamentares, muitos deles “réus que fazem leis”. O *Estadão* se mostrou preocupado com a “incapacidade dos políticos” para perceber os motivos da reprovação⁴⁸, pois, na histórica visão parlamentarista do jornal (Guilherme, 2018a), tal depreciação da “instituição que encarna a soberania popular pode enfraquecer o regime de liberdades”⁴⁹.

Em ano eleitoral e de Copa do Mundo de futebol no Brasil, a produtividade do Congresso diminui consideravelmente. Os parlamentares dedicam mais tempo de suas agendas para revisitar suas bases eleitorais em busca de votos pela reeleição. Para a presidente Dilma, havia

uma dupla perspectiva: de um lado, os parlamentares menos concentrados nas votações da Casa; de outro, os mesmos parlamentares mais exigentes quanto à liberação das emendas ao Orçamento e a tensão pela busca da reeleição. O *Estadão* destacou as ameaças de deputados da base: o líder do PR, Antony Garotinho, disse que os prováveis cortes de emendas seriam como “jogar gasolina” na já incendiada base; Eduardo Cunha referendou que “se fizerem corte nas emendas é óbvio que vai ter reação”. Mesmo antes de tomar posse na Casa Civil, o petista Aloísio Mercadante já era o responsável pela nova articulação política que o governo pretendia implementar⁵⁰.

Em quantidade, foram poucos os momentos em que a base pressionou o governo no primeiro semestre de 2014. Porém, a intensa articulação dos descontentes mostraria que a coalizão governista não existia de fato, o que lançou as bases para a formação do “centrão” que, no ano seguinte, permitiria ao Legislativo comandar a iniciativa legislativa e colocar o governo nas cordas. O primeiro ataque veio do Senado, onde os peemedebistas preteridos na reforma ministerial usaram a CCJ para pautar projetos polêmicos com o objetivo de “peitar a presidente Dilma” em ano eleitoral, enquanto na Câmara, a base ameaçava derrubar o veto presidencial à criação de novos municípios⁵¹.

Fevereiro de 2014 os peemedebistas Eduardo Cunha e Henrique Alves, lideraram na Câmara a formação de um “bloco parlamentar” entre os “aliados

⁴⁷ *O Estado de S. Paulo*, 12/12/2013, p. A6 e 22/12/2013, p. A7.

⁴⁸ Exemplificados pelo editorial nos projetos de “cura gay”, na ação do deputado pastor Marco Feliciano, na “ética subjetiva” do novo Regimento Interno do Senado, na minirreforma eleitoral, na primeira absolvição do deputado Natan Donadon (PMDB).

⁴⁹ *O Estado de S. Paulo*, 02/08/2013, p. A3, 14/08/2013, p. A3, 05/09/2013, p. A3, 17/11/2013, p. A3 e 02/12/2013, p. A3.

⁵⁰ *O Estado de S. Paulo*, 03/01/2014, p. A5 e 29/01/2014, p. A4.

⁵¹ *O Estado de S. Paulo*, 15/02/2014, p. A8 e 19/02/2014, p. A6.

descontentes com o governo”. Em sua reportagem, o *Estadão* comparou esta articulação ao “centrão” formado durante a Constituinte de 1988 que “defendia posições de centro-direita”, formava maioria parlamentar e visava “controlar a pauta legislativa”. O “novo centrão” entoava o coro de “volta Lula” e agia para “isolar o PT” no Congresso. Eduardo Cunha até ironizou que o bloco “é como se fosse a base, sem PT e PCdoB”. Oficialmente, os dois peemedebistas venderam o “centrão” como sendo uma valorização positiva da Câmara, fortalecimento do Legislativo e dos partidos políticos. Aparentemente desconectada do perigo da articulação, a presidente Dilma minimizou a formação deste bloco parlamentar⁵².

De fato, no final de fevereiro, uma reunião na residência do deputado Eduardo Cunha formalizou o que o ficou sendo chamado à época de “blocão”. Faziam parte dele, além do PMDB, os partidos da base: PSC, PP, PROS, PDT, PTB, PSD, PR, PTdoB, PRP e o oposicionista Solidariedade. Eram 285 deputados que, somados aos partidos de oposição, teriam maioria absoluta na Câmara. O jornal noticiou que a presidente Dilma agiu sobre os partidos para tentar esvaziar o “blocão”: prometeu emendas, cargos e ministérios. Na expectativa governista, o grupo liderado por Cunha passaria a ter somente PMDB, PSC, PTB e Solidariedade, com 129 deputados, o que não era pouca coisa. Na prática, porém, o governo viu que o “blocão” dos insatisfeitos era muito maior, bem organizado e capaz de causar diversas derrotas ao Planalto⁵³.

A estreia do “blocão”, em março, foi com dois dias seguidos de derrotas para o governo na Câmara. Primeiro, aprovaram requerimento do PSDB para investigar a Petrobrás⁵⁴. Depois, no “segundo dia de rebelião na base aliada”, as Comissões da Câmara aprovaram a convocação/convite de dez ministros, um secretário e da presidente da Petrobrás para irem à Casa prestar esclarecimentos aos parlamentares. Em ambos os casos, o *Estadão* destacou que “o grande vitorioso” foi Eduardo Cunha que há semanas criticava a aliança PMDB-PT e recebeu nota de apoio dos parlamentares peemedebistas⁵⁵.

Nos dias seguintes, reportagens do *Estadão* buscaram explicar ao leitor os motivos para mais estas derrotados do governo na Câmara. Primeiro, o jornal relembrou que historicamente o PMDB, “um partido grande, mas sem projeto presidencial e cobrando um alto preço para dar apoio e garantir a governabilidade”, era o padrão do presidencialismo brasileiro desde o governo José Sarney. Segundo, que os partidos aliados e o PMDB em especial, acusavam o PT de tentar “impor projeto de hegemonia” petista sobre os demais na Câmara: enquanto os peemedebistas temiam uma “derrocada” em sua bancada nos moldes vividos pelo PFL/DEM, as demais siglas responsabilizaram o PT de promover uma fragmentação partidária ao apoiar a criação de novos partidos “de centro” como o PSD e o PROS⁵⁶.

Concomitante a estas escaramuças, PT e PMDB discutiam a coalização eleitoral. Em janeiro, uma série de reuniões de Dilma, Rui Falcão (presidente do PT) com Michel Temer e a cúpula

⁵² *O Estado de S. Paulo*, 21/02/2014, p. A6 e 22/02/2014, p. A6.

⁵³ *O Estado de S. Paulo*, 13/03/2014, p. A4 e 15/03/2014, p. A4.

⁵⁴ Por 276 votos a favor e 158 votos contrários.

⁵⁵ *O Estado de S. Paulo*, 12/03/2014, p. A4 e 13/03/2014, p. A4.

⁵⁶ *O Estado de S. Paulo*, 16/03/2014, p. A4 e 17/03/2014, p. A6.

peemedebista, tentou aparar as arestas. Além das insatisfações já mencionadas neste artigo, o PMDB se mostrou insatisfeito com a negativa de Dilma em ceder-lhes os ministérios da Integração e das Cidades. Por indicação da senadora Kátia Abreu, neo-peemedebista e presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Dilma flertou com a indicação do secretário executivo Enio Marques, para o ministério da Agricultura. Eduardo Cunha reagiu imediatamente, considerando “uma agressão ao meu partido”, pois “não representa a vontade do PMDB. Se for ele, então haverá um rompimento”⁵⁷.

O PMDB fez reunião de emergência no Palácio do Jaburu (Guilherme, 2017b), pois conforme afirmação do presidente da Câmara Henrique Alves, “está tudo muito tenso” no partido, onde crescia a pressão pelo rompimento com o governo e o desembarque da reeleição. O *Estadão*, porém, publicou que, na prática, o PMDB tentava forçar o PT a apoiar candidatos peemedebistas na maioria dos estados, em especial no Rio de Janeiro, Ceará, Mato Grosso do Sul, Alagoas e Rio Grande do Norte. Da reunião recheada de lamúrias dos líderes estaduais, o PMDB decidiu manter, por hora, o apoio à reeleição de Dilma, mas conforme avaliação do jornal, “exigirá [do PT] a contrapartida para eleger o máximo possível de governadores e aumentar a bancada de deputados”, além de cobrar a ação do ex-presidente Lula nas articulações estaduais⁵⁸.

Líderes petistas deram declarações críticas à atuação do deputado Eduardo Cunha e a presidenta Dilma avisou que não aceitaria apadrinhados dele para cargos no governo. Cunha então reagiu

em sua rede social com ameaças ao PT: “a cada dia que passa me convenço mais de que temos de repensar esta aliança, porque não somos respeitados pelo PT”, escreveu o deputado, que também anunciou que discutiria com sua bancada a antecipação da convenção nacional do partido para “repensar” a aliança nacional com o PT. O presidente da sigla, senador Valdir Raupp, avaliou que “agora está insustentável e a crise já está chegando ao Senado”, onde 1/3 dos senadores, somando-se ao também 1/3 dos deputados peemedebistas, admitiram “abandonar a dobradinha com o PT”. O motivo alegado para o descontentamento era o de sempre: “desprestígio na reforma ministerial e pelas alianças regionais”⁵⁹.

O presidente do PT, Rui Falcão, dobrou a aposta, declarando que o aliado precisava logo definir “se é oposição ou situação” e que não aceitaria “ultimatos” do PMDB. O líder petista na Câmara, deputado Vicentinho, cobrou que “partido de base não pode ter duas caras”. Mas, segundo os bastidores publicados pelo *OESP*, o ex-presidente Lula foi mais pragmático, aconselhando a presidente Dilma a não entrar em confronto com a ala peemedebista comandada por Eduardo Cunha. O governo acionou o vice Michel Temer, na expectativa de apagar o incêndio no partido e isolar Cunha⁶⁰.

Nos editoriais, o *Estadão* seguiu em sua tese de que as dificuldades de Dilma com “o apetite insaciável” da base é uma característica do presidencialismo de coalizão brasileiro, mas que foi “aperfeiçoado” no governo Lula, o “metalúrgico de Garanhuns” que não só se recusou a combater, como aderiu

⁵⁷ *O Estado de S. Paulo*, 15/01/2014, p. A4 e 20/02/2014, p. A9.

⁵⁸ *O Estado de S. Paulo*, 15/01/2014, p. A4 e 17/01/2014, p. A6.

⁵⁹ *O Estado de S. Paulo*, 05/03/2014, p. A6 e 07/03/2014, p. A4.

⁶⁰ *O Estado de S. Paulo*, 06/03/2014, p. A4 e 07/03/2014, p. A4.

prazerosamente ao “toma lá dá cá” já tradicional. Quanto à formação do “blocão”, o jornal escreveu com todas as letras que ele não passava de um “condão dos chantagistas”, formado por políticos “de média e de baixa patente de partidos idem”, criado para levar a cabo “os malignos planos de vingança dos seus irados criadores”, insatisfeitos com as negativas de Dilma em lhes oferecer emendas e cargos aos quais “entendem ter o direito natural” deles dispor. Cunha então já “preparava o bote”, pois na visão dos congressistas, Dilma devia “ser punida” por tratá-los como meros coadjuvantes do poder. As primeiras vitórias do “blocão” de Cunha foram classificadas como “uma derrota humilhante” à presidente⁶¹.

Segundo o *OESP*, houve outra série de reuniões entre as lideranças dos dois partidos, incluindo Dilma e Temer. O jornal garantiu que, em reunião dos peemedebistas no Palácio do Jaburu, o vice-presidente desautorizou Eduardo Cunha, porque a avaliação era que o bate-boca público era prejudicial ao partido que ficaria com a pecha de “fisiológico” perante a opinião pública. Dilma ofereceu o ministério do Turismo, já ocupado pelo PMDB, ao senador Vital do Rêgo, insatisfeito por não conseguir o ministério da Integração, mas a presidente rechaçou a hipótese de ampliar a participação do partido na Esplanada. Das reuniões entre petistas e peemedebistas, o PT teria acenado com apoios ao PMDB nos estados em troca do compromisso de Temer em “resolver este problema da Câmara”, pois, nas palavras de Dilma, Cunha colocava a “faca no pescoço” do governo. Apesar das expectativas, a bancada do PMDB na Câmara emitiu nota de apoio a Cunha e, no dia seguinte, o deputado liderou o

“novo centrão” nas derrotas ao governo apontadas acima e, em entrevista ao jornal, se colocou como vítima de ataques dos petistas e “fiel ao meu partido”⁶².

Considerações finais

Os articulistas de bastidores do jornal comentaram cada lance dos embates entre PT e PMDB, que chegaram ao “ponto de fervura” nos primeiros dias de 2014. Para Dora Kramer, havia um “casamento de fachada”, uma vez que os aliados “nunca se deram bem” porque “nada têm em comum” e por isso a insatisfação sempre foi mútua e pública. A insatisfação peemedebista resultava da avaliação de que a sua exclusão dos ministérios que possuíam grande orçamento e instrumentos para liberação recursos às prefeituras (excelentes cabos eleitorais em eleições legislativas), e firmar contratos com construtoras (excelentes financiadores de campanhas) resultaria em um lento e gradual processo de perda de espaço do partido no Congresso. Kramer repercutiu falas do líder Eduardo Cunha, para quem havia “uma tentativa deliberada [por parte do PT] de reduzir a bancada [do PMDB] na Câmara”. Assim, a expectativa era que ao longo de outras duas ou três eleições, o PT se tornaria hegemônico no Congresso, podendo dispensar uma reduzida bancada de peemedebistas. Ainda na avaliação de Kramer, enquanto o PMDB “não tem condições objetivas para romper” com o governo, pois Michel Temer não queria perder o posto de vice-presidente e José Sarney e Renan Calheiros não queriam perder a influência no Senado, também o PT e Dilma tampouco poderiam prescindir dos minutos televisivos do aliado, bem como seria eleitoralmente

⁶¹ *O Estado de S. Paulo*, 23/01/2014, p. A3, 20/02/2014, p. A3, 13/03/2014, p. A3 e 15/03/2014, p. A3.

⁶² *O Estado de S. Paulo*, 08/03/2014, p. A4, 10/03/2014, p. A4, 11/03/2014, p. A4 e 15/03/2014, p. A4.

desastroso deixá-los livres em 2014. Por isso, àquela altura do calendário político, os peemedebistas descontentes cavaram uma “trincheira da defesa” na qual perfilariam o “exército de dissidentes nos palanques estaduais” na eleição⁶³.

Assim, para Kramer, a raiz da desavença estava na partilha do poder. O PMDB era um partido “sem projeto” nacional e que vivia “de eleger bancadas para o Congresso”. Conforme José Roberto de Toledo, “percebendo que o risco de não se reelegeram aumentou consideravelmente”, a bancada peemedebista encontrou em Eduardo Cunha a vocalização deste medo, ou seja, ele não era a causa das derrotas do governo na Câmara, mas sim o sintoma da insatisfação da base e do PMDB. Dilma, ao comprar briga com Cunha gerou “imenso mal-estar entre os congressistas” e “provocou como reação um movimento de solidariedade a ele na Casa”. O resultado, na visão de Kramer, foi uma “derrota humilhante”, pois a chefe do Executivo perder uma batalha para um deputado, foi “algo realmente inédito”, culpa da “articulação tabajara” do governo e do marketing dilmista que, em ano eleitoral, buscava consolidar a imagem da presidente como “mais uma vez inflexível às demandas fisiológicas dos políticos”⁶⁴.

A rebelião peemedebista não passava de um esperneio para continuar como sempre esteve desde a redemocratização (Guilherme, 2017a): “ceder ao poder sempre. E sempre por um bom preço”. Kramer foi certeira ao apontar que o PMDB não brigava pelos ministérios da Cultura ou Previdência, não discutia o aprimoramento das políticas públicas, mas reivindicava os ministérios da

Integração ou Cidades, com grandes recursos e capacidade para se aproximar dos prefeitos interioranos⁶⁵. Essa interpretação reforça a tese de Marcos Nobre (2013) sobre o pemedebismo brasileiro.

Apesar de toda esta escalada de desavenças entre os aliados, em público o vice-presidente Michel Temer disse que a aliança estava “garantidíssima”. Porém, o *Estadão* publicou que, em reunião fechada com a bancada peemedebista, Temer foi criticado e pressionado pelos colegas de sigla. Ele ainda tentou argumentar que a manutenção da aliança era benéfica ao PMDB, mas teve que admitir que acataria a decisão dos peemedebistas, se esta fosse pelo rompimento que parecia iminente⁶⁶.

Para os editorialistas do jornal, embora reconhecessem que a “dupla eduardiana” do PMDB da Câmara mostrou ao PT que havia “algo escuso no reino aliado”, a contenda entre os partidos não passava de uma “guerra fisiológica pelo poder, à revelia da população” e da “opinião pública”. O jornal especulou que os petistas estariam fazendo as seguintes avaliações: que Temer até tem parte na insatisfação dos peemedebistas, mas nenhuma intenção de alimentar um conflito que o substitua no posto de vice e que os peemedebistas, sabedores da reeleição quase certa, estavam apenas em busca de mais alguns cargos na esfera federal. Assim, “ao fim e ao cabo, pode ser isso mesmo. Mas pode também ser um autoengano, fruto da incurável soberba petista”⁶⁷.

⁶³ *O Estado de S. Paulo*, 16/01/2014, p. A6, 17/01/2014, p. A6 e 09/02/2014, p. A6.

⁶⁴ *O Estado de S. Paulo*, 09/02/2014, p. A6, 09/03/2014, p. A6, 13/03/2014, p. A6, 16/03/2014, p. A8 e 17/03/2014, p. A6.

⁶⁵ *O Estado de S. Paulo*, 14/01/2014, p. A6

⁶⁶ *O Estado de S. Paulo*, 13/03/2014, p. A5.

⁶⁷ *O Estado de S. Paulo*, 17/01/2014, p. A3, 07/03/2014, p. A3 e 19/03/2014, p. A3.

Referências

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no Mundo.** Petrópolis: Vozes, 2014.

GUILHERME, Cássio Augusto. **A imprensa como partido político-ideológico:** o caso do jornal *O Estado de S. Paulo*. Revista Dimensões, v. 40, jan-jun, 2018a.

GUILHERME, Cássio Augusto. **História do Tempo Presente, política e imprensa: contribuições teóricas e metodológicas para uma pesquisa sobre o golpe de 2016 no Brasil.** Revista Escritas, v. 10, 2018b.

GUILHERME, Cássio Augusto. **Notas sobre o PMDB na Nova República:** a atuação dos peemedebistas entre os governos Sarney e Dilma (1985-2016). Revista Espaço Acadêmico, n. 197, out de 2017a.

GUILHERME, Cássio Augusto. **O antipetismo do jornal O Estado de S. Paulo na eleição presidencial de 2010.** Revista Temporalidades, ed. 39, v.15, mar-set, 2023.

GUILHERME, Cássio Augusto. **O golpe dos jaburus:** os caminhos do PMDB no golpe de 2016. Revista Urutáguia, n. 36, jun-nov, 2017b.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento:** da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **A democracia impedida.** Rio de Janeiro: FGV editora, 2017.

SINGER, André. **O lulismo em crise.** São Paulo: Companhia das letras, 2018.

Recebido em 2025-09-01

Publicado em 2025-12-29